

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	510.000
Preferenciais	0
Total	510.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	7.452.862	0
1.01	Ativo Circulante	127.796	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	119.375	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	119.375	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	146	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	146	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.132	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25	0
1.01.08.03	Outros	25	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.325.066	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.784	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	24.784	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.784	0
1.02.04	Intangível	7.300.282	0
1.02.04.01	Intangíveis	7.300.282	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.300.282	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	7.452.862	0
2.01	Passivo Circulante	1.240.929	0
2.01.02	Fornecedores	1.093.169	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.093.169	0
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	269	0
2.01.02.01.02	Poder concedente a pagar	1.092.900	0
2.01.05	Outras Obrigações	147.760	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	147.350	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	147.115	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	235	0
2.01.05.02	Outros	410	0
2.02	Passivo Não Circulante	5.750.045	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.292.845	0
2.02.01.02	Debêntures	4.292.845	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.457.200	0
2.02.02.02	Outros	1.457.200	0
2.02.02.02.03	Poder concedente a pagar	1.457.200	0
2.03	Patrimônio Líquido	461.888	0
2.03.01	Capital Social Realizado	510.000	0
2.03.01.01	Capital social subscrito	510.001	0
2.03.01.02	Capital social a integralizar	-1	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.112	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.019	-12.019	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.019	-12.019	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.019	-12.019	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-60.877	-60.877	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.591	1.591	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.468	-62.468	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-72.896	-72.896	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.784	24.784	0	0
3.08.02	Diferido	24.784	24.784	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-48.112	-48.112	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-48.112	-48.112	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-48.112	-48.112	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-48.112	-48.112	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.189	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.065	0
6.01.01.01	Resultado do período	-48.112	0
6.01.01.02	Impostos de renda e contribuição social diferidos	-24.784	0
6.01.01.03	Provisões	11.568	0
6.01.01.04	Provisão de juros sobre debêntures	46.973	0
6.01.01.05	Provisão de juros sobre debêntures com partes relacionadas	15.420	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	124	0
6.01.02.01	Aumento em impostos e contribuições a recuperar	-146	0
6.01.02.02	Aumento em outros ativos	-25	0
6.01.02.03	Aumento em fornecedores	269	0
6.01.02.04	Aumento em outras obrigações	26	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.735.900	0
6.02.01	Aquisição de outorga de concessão	-4.735.900	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.854.204	0
6.03.01	Captação - debêntures não conversíveis	4.350.000	0
6.03.02	Pagamentos de custos com transação de debêntures	-5.796	0
6.03.03	Aumento de capital	510.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	119.493	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	119.493	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	510.000	0	0	0	0	510.000
5.04.01	Aumentos de Capital	510.000	0	0	0	0	510.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.112	0	-48.112
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.112	0	-48.112
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	510.000	0	0	-48.112	0	461.888

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020

(Reais Mil)

Justificativa: A empresa foi constituída em 11 de junho de 2021, e por consequência não há período para comparabilidade em relação ao exercício de 2020.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.704	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.704	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.704	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.704	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.591	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.591	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-7.113	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-7.113	0
7.08.01	Pessoal	3.160	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.514	0
7.08.01.02	Benefícios	1.537	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	109	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-24.710	0
7.08.02.01	Federais	-24.710	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62.549	0
7.08.03.01	Juros	62.393	0
7.08.03.02	Aluguéis	156	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-48.112	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-48.112	0

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia” ou “Iguá Rio”), relativos ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes, e ressalta que foram apresentados os documentos requeridos para fins de pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme previsto no artigo 1º do Anexo 3 da Instrução CVM nº 480/09, bem como informa que os mesmos estão à disposição dos acionistas.

A Iguá Rio foi constituída em 11 de junho de 2021 como subsidiária integral da Iguá Saneamento S.A. e firmou contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário com duração de 35 anos e investimentos estimados de R\$ 2,7 bilhões e pagamento de cerca de R\$ 8 bilhões a título de outorga (fixa e variável), referente ao bloco 2 dos ativos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Em função da operação assistida pela CEDAE pelo período de 6 meses, a Iguá Rio encontra-se em fase pré-operacional e assumirá posteriormente de forma definitiva a operação atendendo cerca de 1,2 milhão de pessoas de alguns bairros da zona oeste da capital fluminense, bem como dos Municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

Com o intuito de atender ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, a Iguá Rio informa que contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para realizar tão somente as atividades de auditoria externa a partir das informações intermediárias relativas a 30 de setembro de 2021 e que nenhum outro serviço foi realizado. A Administração ressalta que os serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. relacionados aos trabalhos de asseguaração foram executados em observância as Normas Brasileiras de Contabilidade e em particular à NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, aprovada em 21 de novembro de 2019. Ademais, a Administração ainda salienta que não firmou nenhum outro contrato que possa comprometer a independência dos auditores externos, conforme descrito nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Iguá Rio de Janeiro S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Helios Seelinger, 155, sala 202, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e tem como objeto principal a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares dos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca na capital Rio de Janeiro, e dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, terá prazo de 35 anos e beneficiará aproximadamente 1,2 milhão de habitantes.

Em 12 de agosto de 2021, a Companhia assinou o contrato de concessão do bloco 2 do Estado do Rio de Janeiro e pagou 65% da outorga fixa estipulada no leilão. A segunda parcela, no valor de 15%, será paga em até 2 dias úteis após o início da operação e a terceira parcela, no valor de 20%, será paga até o final do terceiro ano de vigência do contrato. A partir da assinatura do contrato, a Companhia iniciou a fase de operação assistida em parceria com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, com duração prevista de 180 dias. Nesse período a CEDAE continuará sendo responsável pela prestação dos serviços, com a Companhia assumindo as operações em fevereiro de 2022.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$1.113.133 em função da obrigação com o poder concedente no montante de R\$1.092.900 e de R\$147.350 de partes relacionadas. Para suprir a necessidade, a Companhia possui aprovado o montante de R\$800.000 referente a 2ª emissão das debêntures (Nota 6) e receberá aporte da controladora no montante de R\$292.000 até fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2021 são as primeiras apresentadas pela Companhia desde sua constituição em 11 de junho de 2021, e por consequência não há período para comparabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de dezembro de 2021. Os eventos subsequentes foram avaliados até a data em que as demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas pela Administração.

2. Base de preparação e Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) considerando que estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a finalidade específica para atender a instrução CVM 480 que suportará o pedido de registro da Companhia.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais)

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.5. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

No momento a Companhia se encontra em fase de operação assistida, período pelo qual não há auferimento de receita até a transferência das operações pelo poder Concedente, as quais se iniciam em fevereiro de 2022.

2.6. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Despesas com juros sobre debêntures;
- Outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.7. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.8. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.5 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos ou contas a pagar, conforme apropriado.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado (Empréstimos e recebíveis)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.10. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.15. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Impactos da COVID-19

Tendo em vista a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - "COVID-19", que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, a Companhia tem adotado diversas medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Essas medidas visam garantir a continuidade regular das operações minimizando os impactos à saúde e segurança dos seus colaboradores e familiares, e das áreas onde a Companhia atua. Sendo o saneamento básico uma atividade essencial, a Companhia adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada.

A maioria dos colaboradores das atividades administrativas e não essenciais ao trabalho em campo está trabalhando em regime de home office.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	30/09/2021
Caixa		
Saldos bancários		118
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário	3,00%	95.020
Fundos de investimento	4,11%	24.355
Total		<u>119.493</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Intangível

a) Valor contábil

Custo	Direito de concessão(*)	Total
Saldo em 11 de junho de 2021	-	-
Adições	7.300.282	7.300.282
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>7.300.282</u>	<u>7.300.282</u>

(*) Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 + outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). A Companhia pagará em 2022 a quantia de R\$1.092.900 e em 2025 R\$1.457.200. No dia 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou R\$4.735.900 referentes a primeira parcela da outorga fixa.

b) Amortização

A Companhia está em fase de operação assistida e a amortização do saldo do intangível deverá iniciar-se em fevereiro de 2022 quando está prevista a finalização desta operação.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a (*)	Vencimento	30/09/2021
Debêntures 1ª emissão	CDI	1,43	2026	1.165.420
Debêntures 2ª emissão	CDI	1,39	2025	3.241.992
				<u>4.407.412</u>
(-) Custo de transação				<u>(114.567)</u>
Não circulante				4.292.845

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta pública, com esforços restritos da Companhia o montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000, com vencimento em 31 de julho de 2025 e remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, o montante de R\$1.150.000, com vencimento em 09 de agosto de 2026 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI. A Iguá Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

30 de setembro de 2021	Valor contábil	13 a 24 meses (**)	37 a 48 meses	49 a 76 meses
Debêntures (*)	4.407.412	41.992	3.200.000	1.165.420
Total	<u>4.407.412</u>	<u>41.992</u>	<u>3.200.000</u>	<u>1.165.420</u>

(*) Os montantes apresentados não incluem os custos de transação.

(**) Montante referente aos juros remuneratórios da 2ª emissão que deverão ser pagos a partir de 2023.

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

30 de setembro de 2021	Valor contábil	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
Debêntures	114.567	59.774	29.887	24.906
Total	<u>114.567</u>	<u>59.774</u>	<u>29.887</u>	<u>24.906</u>

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais)

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Debêntures	Capital social	Total
Saldo em 16 de junho de 2021	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação e aumento de capital	4.350.000	510.000	4.860.000
Custo de transação pago	(5.796)	-	(5.796)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	4.344.204	510.000	4.854.204
Outras variações			
Custo de transação a pagar Intercompany	(113.752)	-	(113.752)
Provisão de juros - partes relacionadas	15.420	-	15.420
Provisão de juros	46.973	-	46.973
Total de outras variações	(51.359)	-	(51.359)
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.292.845	510.000	4.802.845

As debêntures não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) que obriguem o atingimento de índices financeiros.

7. Provisão para perdas em causas judiciais

A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu provisão em 30 de setembro de 2021, como também considera não existir nenhuma contingência passiva de risco possível para efetiva divulgação em nota explicativa.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$510.001 totalmente subscrito e parcialmente integralizado em 30 de setembro de 2021, representado por 510.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Igua Projetos S.A detém 100% das ações.

Em 27 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$510.000, mediante a emissão de 510.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 cada.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R\$717.370 mil.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia deverá obedecer ao cronograma exigido no Contrato de Concessão para aumento de seu capital social, de modo que o capital social mínimo subscrito e integralizado deverá ser de:

- (a) R\$524.548.330,30 até o final do 1º ano da concessão;
- (b) R\$554.851.730,30 até o final do 2º ano da concessão;
- (c) R\$ 603.680.730,30 até o final do 3º ano da concessão;
- (d) R\$ 661.029.530,30 até o final do 4º ano da concessão; e
- (e) R\$ 717.370.330,30 até o final do 5º ano da concessão.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

9. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>30/09/2021</u>
Total do passivo	6.990.974
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(119.493)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	6.871.481
Total do patrimônio líquido (B)	461.888
Índice de alavancagem (A/B)	<u>14,88</u>

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

		Valor justo por meio do resultado	Ativo mensurado ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo
	Nota	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.375	118	-
Ativos financeiros		119.375	118	-
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	269
Partes relacionadas a pagar	15.c	-	-	147.350
Poder concedente a pagar	5.a	-	-	2.550.100
Debêntures (*)	6	-	-	4.407.412
Passivos financeiros		-	-	7.105.131

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2021.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

<u>Nota 30/09/2021</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.493
Total		<u>119.493</u>

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	30/09/2021
Fornecedores e outras contas a pagar		269
Partes relacionadas a pagar	15.c	147.350
Poder concedente a pagar	5.a	2.550.100
Debêntures (*)	6	4.407.412
Total		7.105.131

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Perfil

Em 30 de setembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	30/09/2021
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	4	119.375
Passivos financeiros		
Debêntures (*)	6	4.407.412

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/09/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	24.355	CDI	4,11	1.001	5,14	1.252	6,17	1.503
Aplicações financeiras	95.020	CDI	2,99	2.841	3,74	3.554	4,49	4.266
Total	119.375			3.842		4.806		5.769
Passivos financeiros								
Debêntures	(4.407.412)	CDI	2,98	(131.341)	3,73	(164.396)	4,47	(197.011)
Total	(4.407.412)			(131.341)		(164.396)		(197.011)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(127.499)		(159.590)		(191.242)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(32.091)		(63.743)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/09/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	24.355	CDI	4,11	1.001	3,08	750	2,05	499
Aplicações financeiras	95.020	CDI	2,99	2.841	2,24	2.128	1,49	1.416
Total	119.375			3.842		2.878		1.915
Passivos financeiros								
Debêntures	(4.407.412)	CDI	2,98	(131.342)	2,23	(98.287)	1,49	(65.672)
Total	(4.407.412)			(131.342)		(98.287)		(65.672)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(127.500)		(95.409)		(63.757)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						32.091		63.743

11. Imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo	Resultado
	30/09/2021	30/09/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	24.654	24.654
Outras diferenças temporárias	130	130
Total	24.784	24.784

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	30/09/2021
Resultado do período antes dos impostos	(72.896)
Alíquota nominal	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	24.784

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	30/09/2021
2026	(7.597)
2027	(15.763)
2028 em diante	(1.424)
Total	(24.784)

12. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais por natureza	30/09/2021
Despesa com pessoal	(3.160)
Consultoria	(8.044)
Serviços de terceiros	(328)
Outras despesas	(487)
Total	(12.019)

Notas Explicativas**Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>30/09/2021</u>
Receitas financeiras	
Juros de aplicações financeiras	1.591
Total	<u>1.591</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures com terceiros	(46.973)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	(15.420)
Outras despesas financeiras	(75)
Total	<u>(62.468)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(60.877)</u>

14. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo:

	<u>30/09/2021</u>
Prejuízo do período	(48.112)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	510.001.000
<u>Resultado por ação básico e diluído (reais)(*)</u>	<u>(0,094337)</u>

(*) Não existem transações ou eventos com potencial impacto de diluição.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

15. Partes relacionadas

a) Controladora

A controladora direta da Companhia é a Iguá Projetos S.A. e a controladora final é a Igual Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 30 de setembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

	30/09/2021
Remuneração da diretoria	138
Encargos sociais	24
Benefícios diretos e indiretos	80
Total	242

c) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do período de 11 de junho a 30 de setembro de 2021, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

		Passivo	Resultado
		30/09/2021	30/09/2021
Em partes relacionadas e debêntures			
Repasse de recursos e custos - Spat Saneamento (a)		235	-
Repasse de recursos e custos - Iguá Projetos (a)		4.200	-
Repasse de recursos e custos - Iguá Saneamento (a)		142.915	(3.530)
Debêntures - Iguá Saneamento (b)		1.165.420	(15.420)
Circulante		147.350	-
Não circulante		1.165.420	-
Total		1.312.770	(18.950)

- (a) Refere-se a repasses de recursos pagos durante o período em que a empresa está em fase de operação assistida e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (b) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 09 de agosto de 2021, no valor de R\$1.150.000 e a qual a Iguá Saneamento S.A efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 09 de agosto de 2026 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Informações complementares ao fluxo de caixa

		30/09/2021
Partes relacionadas	(a)	(33.598)
Intangível e poder concedente a pagar	(b)	(2.550.110)
Custo de transação na emissão de debentures	(c)	(113.752)

- (a) Compreendem os gastos com fornecedores, prestadores de serviços, despesas com pessoal e encargos liquidados por meio da Controladora Indireta (Iguá Sanemaneto S.A.), os quais foram registrados nas rubricas de despesas antecipadas, intangível, outros contas a pagar e salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de partes relacionadas.
- (b) Compreendem a 2ª e 3ª parcela da outorga fixa registrada na rubrica de poder concedente a pagar.
- (c) Referem-se aos custos com capitalização das debentures, os quais foram registrados em contrapartida à rubrica de partes relacionadas em detrimento de sua liquidação na Iguá Saneamento S.A. (Controladora Indireta).

17. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente correspondente a 3,5% (3% de outorga + 0,5% para o Instituto Rio Metropolis – Fundo de desenvolvimento) no caso do município do Rio de Janeiro e 3% nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

Em 30 de setembro de 2021 não houve pagamento ao Poder Concedente, tendo como início da obrigatoriedade a partir de fevereiro de 2022, data em que a Companhia assume a operação.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Notas Explicativas

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Diretoria

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Paula Alessandra Bonin da Costa Violante
William Gomes Figueiredo
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti

Gerente de Controladoria e Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP-244592/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas da
Iguá Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de junho (data de constituição) a 30 de setembro de 2021 findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 11 de junho (data da constituição) a 30 de setembro de 2021 findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Gastos no ativo intangível - Outorga

Em 30 de setembro de 2021, conforme notas explicativas 1 e 5, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$7.300.282 mil, representado pela outorga fixa e gastos relativos à aquisição da concessão.

O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados na Nota 5.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, no qual requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais e contrato; e (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração,

consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e capitalização no ativo intangível adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 5, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 11 de junho (data de constituição) a 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter

em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de dezembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Pelo presente instrumento, os diretores da Companhia para fins do disposto nos incisos VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009 declara que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2021.

Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Geral e de Relações com Investidores

Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Operações

William Gomes Figueiredo
Diretor

Lucas Tadeu Bergamim Arrosti
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Pelo presente instrumento, os diretores da Companhia para fins do disposto nos incisos V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da ERNST & YOUNG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2021.

Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Geral e de Relações com Investidores

Paula Alessandra Bonin Costa Violante
Diretora de Operações

William Gomes Figueiredo
Diretor

Lucas Tadeu Bergamim Arrosti
Diretor